

SUMÁRIO

Prefácio.....	9
1. Do Estado de Direito (ED) ao Estado Constitucional de Direito (ECD).....	13
2. Pluralidade de fontes normativas (nova pirâmide formal do Direito).....	19
2.1. O avanço no Brasil do Direito Internacional dos Direitos Humanos.....	28
2.2. Formas de incorporação e valor do Direito Internacional dos Direitos Humanos no Direito Interno Brasileiro	30
2.3. Valor do Direito Internacional não Humanitário.....	35
2.4. Tratados e Convenções Internacionais e as fontes do Direito Penal	37
2.5. Interpretação e aplicação do Direito dos Direitos Humanos: dimensão e operacionalidade do princípio “pro homine”	51
3. Posituação não só legal senão também constitucional e/ou internacional dos direitos e garantias fundamentais do indivíduo (Ferrajoli)	57

4. Subordinação da produção da legislação ordinária à Constituição Federal (Ferrajoli) e, agora, também ao Direito Internacional dos Direitos Humanos	63
5. Superação da democracia formal (democracia das maiorias) pela democracia substancial (ou material)	67
6. Distinção entre vigência e validade da lei	73
7. Convivência com as antinomias e lacunas do ordenamento jurídico.....	79
8. Eficiente sistema de controle de constitucionalidade das leis	83
9. Revisão do papel do juiz	89
10. Revisão do papel da ciência jurídica.....	123
11. Revisão e atualização normativa do princípio do devido processo legal.....	127
12. Garantias do devido processo legal criminal, garantismo e minimalismo	143
13. Prisão Civil e o Direito Internacional dos Direitos Humanos	157
14. Duplo grau de jurisdição e direito de apelar em liberdade.....	165
15. Direito de recorrer extraordinariamente em liberdade	227
16. A releitura de vários dispositivos legais depois do HC 88.420-PR.....	233
16. 1. Lei nº 7.492, de 16.06.86 — art. 31	233
16.2. Código de Processo Penal Militar — art. 527	234
16.3. Deserção da apelação pela fuga — art. 595 do CPP	235
16.4. Lei nº 8.072/90, art. 2º, § 2º.....	236
16.5. Direito de aguardar o julgamento do Tribunal do Júri em liberdade — CPP, art. 408 e §§ e art. 585	238
16.6. Outros dispositivos legais afetados pelo entendimento retratado no HC 88.420-PR.....	239